



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira.



(André Dahmer, "Não há nada acontecendo". *Folha de S.Paulo*, 14.06.2022)

Com a tira, o autor

- (A) engrandece a gastronomia brasileira.
- (B) lamenta o padrão do restaurante visitado.
- (C) sugere que o brasileiro come exageradamente.
- (D) expõe a vulnerabilidade alimentar do Brasil.
- (E) desqualifica a opinião das personagens.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 05.

O desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Philips despertou o mundo para um mal que atinge a região do Alto Solimões, na fronteira do Brasil com Peru e Colômbia, mas que se alastra cronicamente por toda a Amazônia. A escalada do narcotráfico está cada vez mais entrelaçada a uma velha rede de ilícitudes, como o garimpo e a extração de madeira, formando um ecossistema do crime. A Amazônia é hoje um barril de pólvora onde se misturam três mazelas que destroem a reputação do Brasil no mundo: a violência, a miséria e a devastação ambiental.

(O ecossistema do crime na Amazônia.
<https://opinioao.estadao.com.br>, 16.06.2022)

02. O texto deixa claro que

- (A) o mundo começa a tomar consciência de que teve início recentemente uma rede de práticas ilícitas na Amazônia.
- (B) a devastação ambiental na Amazônia é pouco conhecida e não impacta a reputação do Brasil no mundo.
- (C) o narcotráfico foi surpreendido por uma velha rede de ilícitudes que vem sendo combatida no mundo.
- (D) o ecossistema do crime é uma realidade na Amazônia que envolve a violência, a miséria e a devastação ambiental.
- (E) a existência de um ecossistema do crime fez o Brasil recorrer a outros países para coibir o narcotráfico.

03. Na passagem – A Amazônia é hoje um **barril de pólvora** –, identifica-se na expressão destacada o sentido

- (A) figurado das palavras, enfatizando o poder do país de preservar a Amazônia.
- (B) próprio das palavras, enfatizando a necessidade de se cuidar da Amazônia.
- (C) figurado das palavras, enfatizando os problemas presentes na Amazônia.
- (D) próprio das palavras, enfatizando a omissão do país no cuidado da Amazônia.
- (E) figurado das palavras, enfatizando as riquezas existentes na Amazônia.

04. Na passagem – A Amazônia é hoje um barril de pólvora onde se misturam três mazelas que destroem a reputação do Brasil no mundo: a violência, a miséria e a devastação ambiental. –, o sinal de dois-pontos é empregado com a finalidade de indicar uma

- (A) fala.
- (B) síntese.
- (C) citação.
- (D) retificação.
- (E) enumeração.

05. Considerando-se a regência verbal e a concordância verbal, a passagem – A Amazônia é hoje um barril de pólvora onde se misturam três mazelas que destroem a reputação do Brasil no mundo... – está reescrita em conformidade com a norma-padrão em:

- (A) A Amazônia é hoje um barril de pólvora em que existem três mazelas que destroem a reputação do Brasil no mundo...
- (B) A Amazônia é hoje um barril de pólvora que há três mazelas que destroem a reputação do Brasil no mundo...
- (C) A Amazônia é hoje um barril de pólvora aonde ocorre três mazelas que destroem a reputação do Brasil no mundo...
- (D) A Amazônia é hoje um barril de pólvora que se compõem de três mazelas que destroem a reputação do Brasil no mundo...
- (E) A Amazônia é hoje um barril de pólvora de que se configura em três mazelas que destroem a reputação do Brasil no mundo...

06. Observe o desenho de Pedro Vinício.



(<https://www1.folha.uol.com.br/folhinha/2022>)

As informações presentes no desenho permitem concluir corretamente que é

- (A) improvável a paciência das pessoas ter um fim breve.
- (B) flagrante o descaso com a paciência e com as pessoas.
- (C) impossível as pessoas conseguirem aniquilar a paciência.
- (D) desejável o sucateamento da paciência das pessoas.
- (E) iminente a explosão da paciência por causa das pessoas.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 13.

“O Plantador de Abóboras”, de Luís Cardoso, é a primeira obra de um autor oriundo do Timor Leste a receber o prêmio Oceanos, **embora** ele viva em Portugal há tempos.

Em linhas gerais, o romance esboça a história daquele país a partir das memórias de uma mulher vestida de noiva que imagina conversar com um recém-chegado, que lhe toma as mãos e lhe pede, misteriosamente, para “semear abóboras”.

(...)

Em síntese, diria que “O Plantador de Abóboras” opera de modo a substituir a história pela memória; a ideologia pela mitologia; a ação narrativa pela intertextualidade simbólica. Tudo isso compõe o noivado que está prometido no romance.

É, **pois**, um tipo de obra que evoca o passado e, ao mesmo tempo, tem pressa em deixá-lo para trás com as suas invasões estrangeiras, massacres e lutas sectárias. Arrisca-se, **porém**, a produzir uma folclorização da história em construção do Timor Leste, muito aquém da grandeza trágica do país.

(Alcir Pécora, “Plantador de Abóboras’ está aquém da grandeza trágica do Timor Leste”. Em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada>, 18.06.2022. Adaptado)

07. De acordo com o ponto de vista externado pelo autor, a obra “O Plantador de Abóboras”, de Luís Cardoso,

- (A) consiste na melhor forma de expressão da história do Timor Leste.
- (B) mostra-se limitada para reproduzir a grandeza trágica do Timor Leste.
- (C) erra como produto cultural ao defender a luta histórica do Timor Leste.
- (D) representa com extrema fidelidade as agruras vividas no Timor Leste.
- (E) torna-se um documento superior ao narrar a construção do Timor Leste.

08. As conjunções destacadas no texto – **embora**, **pois** e **porém** – estabelecem entre as orações, correta e respectivamente, relações de sentido de

- (A) concessão, conclusão e adversidade.
- (B) explicação, causa e conclusão.
- (C) adversidade, explicação e finalidade.
- (D) finalidade, conclusão e causa.
- (E) conformidade, explicação e concessão.

09. Considere as passagens:

- ... é a primeira obra de um autor **oriundo** do Timor Leste... (1º parágrafo)
- ... o romance **esboça** a história daquele país... (2º parágrafo)
- É, pois, um tipo de obra que **evoca** o passado... (4º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) nascido; transforma; nega.
- (B) originário; mostra; lembra.
- (C) reconhecido; exhibe; cancela.
- (D) proveniente; recupera; redime.
- (E) desconhecido; retoma; dimensiona.

10. A passagem do texto em que o pronome tem valor possessivo é:

- (A) ... embora **ele** viva em Portugal há tempos.
- (B) ... **que** imagina conversar com um recém-chegado...
- (C) ... que **lhe** toma as mãos e lhe pede...
- (D) Tudo **isso** compõe o noivado...
- (E) ... tem pressa em deixá-lo para trás...

11. Nas passagens – **Em linhas gerais**, o romance esboça a história daquele país... (2º parágrafo) – e – ... e, **ao mesmo tempo**, tem pressa em deixá-lo para trás... (4º parágrafo) –, as expressões destacadas podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

- (A) Basicamente; eventualmente.
- (B) Especialmente; diacronicamente.
- (C) Essencialmente; concomitantemente.
- (D) Resumidamente; ordinariamente.
- (E) Geralmente; simultaneamente.

12. Assinale a alternativa em que o enunciado atende à norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Luís Cardoso é um autor oriundo do Timor Leste, embora tenha transferido-se para Portugal há tempos.
- (B) Diria-se que “O Plantador de Abóboras” opera com algumas substituições, como a da história pela memória.
- (C) Se inicia o romance “O Plantador de Abóboras” com as memórias de uma mulher vestida de noiva.
- (D) Quanto ao passado, a obra deixa claro que o autor não deseja-o perenemente e, assim, deixa-o para trás.
- (E) A folclorização da história, que se produz na obra, está muito aquém da grandeza trágica do Timor Leste.

13. Os substantivos que flexionam no plural da mesma forma que o substantivo “recém-chegado” são:

- (A) guarda-noturno e guarda-roupa.
- (B) bem-estar e abaixo-assinado.
- (C) bem-te-vi e flor-de-lis.
- (D) bem-vindo e meio-dia.
- (E) reco-reco e pé-de-cabra.

Leia o texto para responder às questões de números 14 a 17.

Criadores

O Dr. Victor Frankenstein finalmente procurou um advogado. Que o recebeu com surpresa, e depois se desculpou:

– É que eu vi o nome “Frankenstein” na minha agenda e pensei...

– Que eu era o monstro, não é? Todo mundo se engana. Frankenstein sou eu, não o monstro que eu criei. Ele não tem nome, mas se apresenta como “Frankenstein”, e está fazendo uma carreira artística de sucesso, ganhando muito dinheiro. Com o meu nome! É sobre isso que vim consultá-lo.

– O senhor quer que...

– Que ele pare de usar o nome “Frankenstein”. E me pague por ter usado o nome sem a minha permissão, todos esses anos. Quero meus direitos de criador! Fui eu que juntei e costurei as partes do seu corpo, fui eu que dei vida ao monstro. Tudo sem receber um tostão! Ou, ao menos, um “muito obrigado”.

– Vamos ver o que se pode fazer – disse o advogado.

(Luís Fernando Veríssimo, *Ironias do Tempo*)

14. Em suas considerações, o Dr. Frankenstein pondera que

- (A) se sente ludibriado pelo monstro que criou, já que este está fazendo sucesso usando o nome do criador e sequer paga por isso.
- (B) se incomoda com o sucesso do monstro que criou, mas ainda assim prefere superar esse sentimento se receber um agradecimento.
- (C) se orgulha do monstro que criou e, por causa disso, acha justo compartilhar do sucesso e do dinheiro que este vem obtendo na carreira.
- (D) se arrepende do monstro que criou, embora se veja como um colaborador hábil para alavancar a carreira artística e ajudar a criatura.
- (E) se entristece com as atitudes do monstro que criou, uma vez que este lhe retribuiu com “muito obrigado” e não com parte do dinheiro.

15. A regência nominal está consoante à norma-padrão em:

- (A) O advogado estava acostumado em solucionar casos como o do Dr. Frankenstein.
- (B) Dr. Frankenstein esperava que o advogado estivesse apto em resolver o seu caso.
- (C) Para o Dr. Victor, o pagamento pelo uso do nome era algo de que ele teria direito.
- (D) O monstro criado por Dr. Frankenstein mostrava-se inofensivo às pessoas do local.
- (E) O advogado percebeu que Dr. Victor estava descontente pelo sucesso do monstro.

16. Assinale a alternativa em que o enunciado atende à norma-padrão de concordância nominal.

- (A) Para o criador, o monstro estava fazendo sucesso e deveria ter recursos suficiente para pagar pelos direitos de uso do nome Frankenstein.
- (B) A surpresa e a desculpa manifestado pelo advogado decorreram do nome "Frankenstein" que constava em sua agenda de clientes.
- (C) Uma ajuda financeira e um agradecimento vindos do monstro certamente mudariam a decisão do Dr. Frankenstein sobre o processo.
- (D) Elevados sucesso e dinheiro do monstro fizeram com que Dr. Victor Frankenstein decidisse buscar os serviços de um advogado.
- (E) O monstro foi criado pelo Dr. Frankenstein com uma parte do corpo sendo costurado a outra parte do corpo, até que todas fossem finalmente unidas.

17. Assinale a alternativa em que a flexão do verbo destacado está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Senhor advogado, quando **vir** o monstro que criei, diga que quero receber meus direitos.
- (B) Sou eu quem **media** o embate entre Dr. Frankenstein e seu monstro, disse o advogado.
- (C) Dr. Frankenstein achava que se ele se **mantesse** quieto seria prejudicado pelo monstro.
- (D) Assim que tomou consciência do sucesso do monstro, Dr. Frankenstein logo **entreviu**.
- (E) Dr. Victor Frankenstein não **preveu** que o monstro que tinha criado faria tanto sucesso.

18. Em 1803, um homem chamado George Forster foi enforcado em Londres após ter sido condenado por assassinato. Seu corpo foi então levado _____ uma universidade de medicina para ser dissecado. Além da dissecação, o cadáver foi usado para experiências com o uso de eletricidade. Um jornal da época relatou que, ao ser exposto _____ energia elétrica, a mandíbula do cadáver começou a tremer, os músculos da face se contorceram e um olho chegou a abrir. Quem assistiu _____ esse experimento disse que o corpo parecia estar prestes a voltar _____ vida. Mary Shelley, a autora de Frankenstein, estava habituada _____ experiências como essa que ocorreram na mesma época.

De acordo com a norma-padrão, a lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... à ... a ... a ... a
- (B) à ... à ... a ... a ... às
- (C) a ... a ... à ... a ... à
- (D) à ... à ... à ... à ... as
- (E) a ... à ... a ... à ... a

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Em relação ao Mandado de Segurança, conforme disciplinado em Lei, Doutrina e Súmulas dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.
- (A) É pacífica a orientação de que é possível a impetração de mandado de segurança contra ato administrativo, ainda que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo e dependente de caução.
 - (B) O STF tem pacificado entendimento no sentido de que o parlamentar tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação das leis e emendas constitucionais que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional.
 - (C) A Súmula 630 do STF dispõe que a entidade de classe não tem legitimação para impetrar o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
 - (D) A Súmula 629 do STF dispõe que a impetração do mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes, não consistindo em caso de substituição processual.
 - (E) O mandado de segurança pode ser impetrado por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas em defesa de direitos individuais caracterizados como direito objetivo.
20. Conforme disposto na Constituição Federal, é uma das competências do Conselho de Defesa Nacional
- (A) decretar, juntamente com o Presidente da República, o estado de defesa.
 - (B) decretar, juntamente com o Presidente da República, o estado de sítio.
 - (C) decretar, juntamente com o Presidente da República, as hipóteses de declaração de guerra.
 - (D) opinar sobre a declaração do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.
 - (E) opinar sobre os critérios e condições de áreas indispensáveis à segurança do território nacional.
21. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, de acordo com a Constituição Federal, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames
- (A) da justiça social.
 - (B) da independência nacional e da dignidade.
 - (C) da não repressão ao abuso do poder econômico.
 - (D) da impossibilidade de tratamento jurídico diferenciado.
 - (E) do princípio diretivo da economia.
22. A Constituição Federal descreve que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”. Essa norma tem sua eficácia e aplicação
- (A) contida para os brasileiros e estrangeiros.
 - (B) ilimitada para os brasileiros e estrangeiros.
 - (C) imediata para os estrangeiros.
 - (D) plena e imediata para os brasileiros e estrangeiros.
 - (E) limitada para os estrangeiros e contida para os brasileiros.

23. Assinale a alternativa que apresenta a natureza jurídica das agências reguladoras e as peculiaridades afetas aos dirigentes de tais agências.

- (A) Autarquia com regime especial. Seus dirigentes são estáveis, têm mandatos fixos e estão sujeitos à quarentena, sendo esta o período em que o ex-dirigente fica impedido de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência.
- (B) Autarquia com regime comum. Seus dirigentes são detentores de mandatos fixos, são protegidos contra o desligamento imotivado e fazem jus à quarentena remunerada pelo período de 4 meses, contados da exoneração ou do término do mandato.
- (C) Empresa Pública de Capital Fechado. Além da quarentena, período durante o qual o ex-dirigente fica impedido de exercer a atividade ou de prestar serviço em qualquer setor regulado, o dirigente somente perde o cargo de direção com o encerramento do mandato ou por sentença judicial transitada em julgado.
- (D) Autarquia com regime comum. Somente se perde o cargo de direção com o encerramento do mandato, por renúncia ou por sentença judicial transitada em julgado.
- (E) Autarquia com regime comum. Os dirigentes permanecem na função por prazo determinado, sendo desligados automaticamente após o encerramento do mandato e, ao serem desligados, fazem jus à quarentena remunerada, período em que o ex-dirigente fica impedido de exercer a atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência.

24. Sobre o controle hierárquico, é correto afirmar caber recurso hierárquico impróprio sobre as Autarquias comuns? Assinale a alternativa que apresenta a resposta e a justificativa corretas.

- (A) Não. As Autarquias comuns, pessoas jurídicas autônomas, não podem ter seus atos objeto de recurso próprio ou impróprio para o ente ao qual se vincula.
- (B) Não. A Administração Direta não é autoridade de alçada para conhecer de recurso contra atos das autarquias, pessoas jurídicas distintas do Estado, pois inexistem vínculos de controle legalmente previstos.
- (C) Sim. Pode haver o recurso hierárquico impróprio quando previsto na lei própria da autarquia ou em alguma outra lei.
- (D) Desnecessário o recurso hierárquico impróprio, vez que o art. 5º, XXXIV, 'a', da Constituição, assegura a todos o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (E) Sim. Autoridade externa poderá avocar e decidir qualquer assunto da esfera da Administração indireta, sejam as autarquias comuns ou especiais.

25. Surge a necessidade de compra de um item constante de determinada Ata de Registro de Preços vigente para a aquisição de materiais de escritório utilizados nas atividades do Instituto de Previdência do Município de Barretos. Ao constatar que o preço registrado se encontra em valor superior àquele que está sendo praticado pelos fornecedores existentes no mercado, é correto afirmar que o Instituto de Previdência do Município de Barretos

- (A) não está obrigado a contratar com o detentor da Ata, pois ao beneficiário do registro é assegurada apenas preferência em igualdade de condições.
- (B) está obrigado a contratar com o detentor da Ata, pois o preço registrado prevalece, mesmo que superior ao do mercado pelo prazo de 1 (um) ano.
- (C) não está obrigado a contratar com o detentor da Ata, mas não poderá licitar o mesmo objeto para obter preço inferior, até que termine a vigência da ata.
- (D) está obrigado a contratar com o detentor da Ata, pois esta possui força vinculante advinda da adjudicação do objeto ao beneficiário.
- (E) não está obrigado a contratar com o detentor da Ata, que não possui qualquer direito face a terceiros, posto que o preço ofertado serve apenas para fins de registro.

26. Considerando as previsões constantes da Constituição Federal acerca do controle da Administração pública, verifica-se que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência

- (A) ao Ministério Público de Contas, sob pena de responsabilização criminal.
- (B) ao Poder Judiciário, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- (C) ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.
- (D) ao Poder Legislativo, sob pena de responsabilização política.
- (E) ao Chefe do Poder Executivo ao qual pertencem, sob pena de responsabilidade funcional.

27. Suponha que um agente público estadual, investido em cargo cuja atribuição seja realizar a fiscalização tributária, aceite convite para exercer atividade de consultoria e assessoramento para um escritório de advocacia que atue na área tributária, com vários clientes Pessoas Jurídicas que exercem atividades sujeitas à incidência de ICMS. Diante do previsto na lei federal nº 8.429/92, a conduta hipotética do agente público estadual
- (A) não caracteriza ato de improbidade administrativa.
 - (B) caracteriza ato de improbidade administrativa decorrente de concessão ou aplicação indevida de recursos públicos.
 - (C) caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra princípio da Administração Pública, independente da presença de dolo.
 - (D) caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
 - (E) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, presente o dolo.
28. Dúvida é encaminhada ao Instituto de Previdência local acerca do gasto com inativos e pensionistas dever ou não ser computado como despesa com pessoal para fins de apuração dos limites legais de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como advogado do Instituto de Previdência do Município de Barretos, assinale a orientação correta.
- (A) As despesas com inativos e pensionistas do município entram necessariamente no cômputo de despesas com pessoal.
 - (B) Para fins do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, computam-se os inativos e os pensionistas, desde que sejam benefícios decorrentes de mandatos eletivos.
 - (C) O gasto com inativos e pensionistas deve ser computado como despesa com pessoal, salvo se tal gasto for custeado com recursos vinculados.
 - (D) Para os efeitos do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, são necessariamente consideradas as reformas e pensões dos militares, inclusive os encargos sociais e contribuições recolhidas às entidades de previdência.
 - (E) Na verificação do atendimento dos limites prudenciais definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal não serão computadas as despesas com aposentadorias e pensões da municipalidade.
29. Uma rede de farmácias, buscando aumentar suas vendas, divulgou uma propaganda com um famoso jogador de futebol chamado João Bruno de Lima, mundialmente conhecido apenas como Tuco. A propaganda foi veiculada sem mencionar o verdadeiro nome de Tuco, mas apenas o seu pseudônimo "JB". Apesar de não ter intenção difamatória, acabou expondo JB ao desprezo público. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Para que o pseudônimo "Tuco" tenha a mesma proteção que se dá ao nome de João Bruno de Lima, ele deve ser averbado junto à certidão de nascimento.
 - (B) Nesse caso, o nome, para ter proteção legal, deve ser compreendido do prenome, pseudônimo e sobrenome.
 - (C) Caso o pseudônimo Tuco fosse utilizado para a prática de atividades ilícitas pela rede de farmácias, possuiria os mesmos direitos e deveres que se dá ao nome.
 - (D) Por não ter intenção difamatória, o nome de Tuco poderia ser utilizado na propaganda, mesmo sem sua autorização, sendo ressalvado o uso da sua imagem.
 - (E) O nome de Tuco não poderia ser empregado pela rede de farmácias em publicações que o expusesse ao desprezo público, ainda que sem intenção difamatória.
30. Franciso, proprietário de uma enorme plantação de café, deve entregar oitenta mudas de café a Dalton. Considerando tratar-se de uma obrigação de dar coisa incerta, é correto afirmar que
- (A) as mudas de café deverão ser identificadas, ao menos quanto ao gênero, quantidade e qualidade.
 - (B) Francisco não poderá dar as piores mudas cafés e nem será obrigado a entregar as melhores.
 - (C) em regra, nas coisas determinadas apenas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence a Dalton.
 - (D) antes da escolha de quais mudas serão entregues, Francisco poderá alegar perda ou deterioração das mudas, desde que por força maior ou caso fortuito.
 - (E) os eventuais frutos percebidos pertencem a Dalton, cabendo a Francisco os pendentes.

31. No que diz respeito à extinção do contrato, assinale a alternativa correta.
- (A) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.
 - (B) A cláusula resolutiva, mesmo que expressa, depende de interpelação judicial.
 - (C) Nos contratos bilaterais, qualquer dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro, desde que ofereça garantia de que irá cumprir a sua parte da obrigação.
 - (D) Nos contratos de execução continuada, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, poderá o devedor pedir a resolução do contrato, que deverá retroagir até a data da propositura da ação.
 - (E) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, apenas no primeiro caso, indenização por perdas e danos.
32. Assinale a alternativa correta acerca do exercício das servidões.
- (A) Constituída para certo fim, é possível que a servidão seja ampliada a outro, desde que mediante anuência de todos os donos, caso pertença a mais de um prédio.
 - (B) A servidão, uma vez constituída, não pode ser removida.
 - (C) Se as necessidades da cultura do prédio dominante impuserem à servidão maior largueza, o dono do serviente é obrigado a sofrê-la sem direito a ser indenizado pelo excesso.
 - (D) Nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa.
 - (E) Restringir-se-á o exercício da servidão às necessidades do prédio dominante, sendo impedido, em qualquer hipótese, de agravar o encargo ao prédio serviente.
33. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. No entanto, será proposta no domicílio do autor
- (A) se o réu tiver mais de um domicílio.
 - (B) ou onde for encontrado, se o réu tiver domicílio incerto ou desconhecido.
 - (C) se o réu e o autor não tiverem domicílio ou residência no Brasil.
 - (D) havendo dois ou mais réus com diferentes domicílios.
 - (E) no caso de execução fiscal, em razão da prerrogativa da Fazenda Pública.
34. Acerca do valor da causa, assinale a alternativa correta.
- (A) A toda causa será atribuído valor certo, desde que tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.
 - (B) Não é possível atribuir valor da causa na reconvenção, uma vez que proposta na contestação.
 - (C) O valor das prestações vencidas, por tempo inferior a 1 (um) ano, será igual à soma das prestações.
 - (D) O juiz corrigirá, apenas mediante requerimento da parte, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão.
 - (E) O réu deverá impugnar, por meio de ação própria, o valor atribuído à causa pelo autor.
35. Alessandra e Eduardo são casados há quinze anos. Eduardo é funcionário público de carreira e Alessandra é sócia de uma empresa que prepara marmitas de alimentação saudável. Desconfiada de Eduardo, Alessandra decide contratar um detetive e descobre que seu marido mantinha relacionamentos extraconjugais. Inconformada, Alessandra decide esconder seu patrimônio pessoal em nome da empresa para não ter que partilhar seus bens em uma eventual ação de divórcio que poderá ser proposta. Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que se trata de uma hipótese de desconsideração da personalidade jurídica
- (A) direta.
 - (B) expansiva.
 - (C) indireta.
 - (D) inversa.
 - (E) reversa.

36. No que diz respeito ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, é correto afirmar que
- (A) a Fazenda Pública poderá impugnar a execução, demonstrando qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente ao trânsito em julgado da sentença.
 - (B) havendo pluralidade de exequentes, deverá ser apresentado um único demonstrativo contendo o índice de correção monetária adotado, os juros aplicados e as respectivas taxas, o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados.
 - (C) a Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução em autos apartados.
 - (D) tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento, desde que realizado requerimento específico para tanto.
 - (E) quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de julgamento antecipado da arguição.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

37. Assinale a alternativa que demonstra corretamente as características do Inquérito Civil.
- (A) É um procedimento investigativo, judicial, informativo, público, facultativo, no qual o contraditório não pode ser postergado.
 - (B) Pode ser instaurado por qualquer dos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública e Associações constituídas há mais de um ano.
 - (C) Quando instaurado, não impede o ajuizamento de Ação Civil Pública por outro colegitimado, ainda que idêntico o objeto.
 - (D) O procedimento possui cinco fases, são elas: instauração, desenvolvimento, contraditório, produção de provas e conclusão.
 - (E) A conclusão se caracteriza pela propositura da Ação Civil Pública ou pelo arquivamento. Em caso de arquivamento, o órgão ministerial possui o prazo de cinco dias para enviar os autos ao órgão superior, sob pena de falta funcional.

38. A empresa de internet ABC oferece serviço de instalação de tv a cabo e, para tanto, cobra taxa de instalação e mensalidade para cada ponto extra instalado nas residências. Considerando a ilegalidade da cobrança, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal decidiram ingressar com uma ação civil pública para proibir a cobrança de tal taxa. Acerca do caso narrado, é correto afirmar que o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que
- (A) a formação de litisconsórcio ativo facultativo entre o Ministério Público Estadual e o Federal depende da demonstração de alguma razão específica que justifique a presença de ambos na lide.
 - (B) não se admite a formação de litisconsórcio ativo em ação civil pública, sendo permitida apenas a formação de litisconsórcio passivo.
 - (C) o litisconsórcio ativo, na situação narrada, é necessário e, portanto, deve ser admitido.
 - (D) não há qualquer impedimento quanto à formação do litisconsórcio, que, neste caso, deverá ser ativo e unitário.
 - (E) não é possível a formação de litisconsórcio entre os Ministérios Públicos.

39. No que diz respeito à proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos, assinale a alternativa correta.
- (A) As ações coletivas serão propostas no foro do domicílio do menor.
 - (B) O juízo para processar a causa terá competência relativa, devendo ser observada, no entanto, a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.
 - (C) Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados extraordinários o Ministério Público e a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os territórios.
 - (D) Não é admitido o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses individuais, difusos e coletivos.
 - (E) Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado poderá assumir a titularidade ativa.

40. “Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.” É correto afirmar que o trecho transcrito veicula o princípio constitucional tributário da
- (A) anterioridade.
 - (B) neutralidade.
 - (C) transparência.
 - (D) regressividade.
 - (E) capacidade contributiva.
41. Sobre as contribuições é correto afirmar que
- (A) não podem ser cobradas pelos municípios.
 - (B) devem sempre respeitar a irretroatividade da lei tributária.
 - (C) são tributos da competência exclusiva da União.
 - (D) não são consideradas tributos.
 - (E) não incidem sobre as rendas auferidas por instituições educacionais.
42. É exemplo de imunidade específica
- (A) a vedação à cobrança de impostos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (B) a vedação à utilização do tributo com efeito de confisco.
 - (C) a não incidência de ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
 - (D) a não incidência de tributos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
 - (E) a proibição à instituição de tributos pela União que não seja uniforme em todo o território nacional.
43. O município “X”, experimentando dificuldades na fiscalização de cobrança do imposto municipal sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (“ITBI”), modifica, mediante regular processo legislativo, a sua legislação interna de modo a prever como contribuinte do imposto tanto o adquirente quanto o alienante do imóvel. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação tributária nacional, que
- (A) o município não detém liberdade para modificar o contribuinte do imposto da forma realizada, considerando que se trata de matéria reservada à lei complementar.
 - (B) o Código Tributário Nacional expressamente prevê que o contribuinte do ITBI é o adquirente do imóvel, não sendo possível a sua revogação por lei municipal.
 - (C) as dificuldades de fiscalização não justificam a modificação do contribuinte do imposto, mas apenas de seus eventuais responsáveis legais.
 - (D) cabe à lei municipal definir o contribuinte do ITBI, sem desnaturar o referido imposto, não havendo impedimento para a iniciativa do município “X”.
 - (E) aprovada a modificação, ela pode ser aplicada aos fatos geradores anteriores à entrada em vigor da nova lei, por se tratar de medida voltada à aperfeiçoar a fiscalização tributária.
44. Muito se fala sobre a importância do orçamento público para a plena realização dos direitos e garantias fundamentais. A esse respeito, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência nacionais, que
- (A) não se admite no direito brasileiro a defesa do Estado fundada na ideia de “reserva do possível”, ainda que demonstrada cabalmente a impossibilidade material de atendimento do pedido formulado em juízo.
 - (B) a implementação no Brasil do orçamento impositivo encerrou as disputas em relação à implementação dos direitos e garantias por meio do orçamento público, cabendo ao Poder Legislativo mediar as demandas em face dos escassos recursos.
 - (C) embora se trate sobretudo de lei em aspecto formal, o orçamento público admite excepcionalmente controle pelo Poder Judiciário quando veicule medida evidentemente contrária à ordem objetiva constitucional.
 - (D) não viola a Constituição a abertura de crédito extraordinário para pagamento de despesas de simples custeio e investimentos triviais, que evidentemente não se caracterizam pela imprevisibilidade e urgência, quando ligados de alguma forma ao exercício de direitos.
 - (E) os direitos e garantias constitucionais têm eficácia programáticas apenas, não vinculando o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária, tampouco o Poder Legislativo na sua apreciação e aprovação.

45. Sobre as operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias ("ARO") é correto afirmar, com base na Lei Complementar nº 101/2000, que
- (A) deverá ser liquidada até o dia dez de dezembro de cada ano.
 - (B) estão proibidas.
 - (C) não podem ser realizadas por estados e municípios.
 - (D) não são consideradas operações de crédito.
 - (E) apenas são permitidas no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo federal, estadual ou municipal.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

46. A respeito do princípio da intangibilidade remuneratória, é correto afirmar que
- (A) não alcança os descontos relativos a dano decorrente de dolo do empregado.
 - (B) constitui garantia de caráter absoluto, que assegura a irredutibilidade salarial.
 - (C) obsta as perdas salariais decorrentes da corrosão monetária.
 - (D) impede mudanças contratuais e normativas que impliquem decréscimo salarial, ainda que decorrentes de negociação coletiva.
 - (E) protege contra quaisquer constrições externas, como a penhora.
47. De acordo com o artigo 58, § 2º, da CLT, é correto afirmar, a respeito das horas *in itinere*:
- (A) constituem tempo à disposição do empregador, integrando a jornada de trabalho.
 - (B) não constituem tempo à disposição do empregador, mas integram a jornada de trabalho quando o local de trabalho for de difícil acesso e o empregador fornecer a condução.
 - (C) não integram a jornada de trabalho, salvo quando o local de trabalho não for servido por transporte público e o empregador fornecer a condução.
 - (D) não constituem tempo à disposição do empregador, não integrando a jornada de trabalho.
 - (E) não integram a jornada de trabalho, salvo quando o local de trabalho for de difícil acesso ou não servido por transporte público e o empregador fornecer a condução.

48. São princípios específicos do Direito Processual do Trabalho:

- (A) proteção processual, efetividade social e busca da verdade real.
- (B) impulso oficial, instrumentalidade e preclusão *pro judicato*.
- (C) conciliação, normatização coletiva e oralidade.
- (D) eventualidade, boa-fé processual e indisponibilidade.
- (E) concentração, imediação e simplicidade.

49. A reconvenção em dissídio coletivo fica condicionada, entre outros requisitos, à

- (A) anuência do substituto processual.
- (B) conexão entre o dissídio e a reconvenção.
- (C) anuência expressa dos substituídos.
- (D) compatibilidade entre os valores das causas.
- (E) autorização de órgão colegiado do respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

50. A Constituição da República alicerçou a Previdência Social nos seguintes princípios:

- (A) solidariedade, economicidade e obrigatoriedade da previdência complementar.
- (B) seletividade, anterioridade e equilíbrio financeiro e atuarial.
- (C) anterioridade, previsibilidade e filiação obrigatória.
- (D) solidariedade, contributividade e garantia do benefício mínimo.
- (E) contributividade, universalidade e filiação facultativa.

51. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, o Município de Antares aprovou lei ordinária que passou a disciplinar o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores municipais, estabelecendo que estes poderiam alcançar aposentadoria voluntária aos setenta anos de idade, se homem, e aos sessenta e cinco anos de idade, se mulher, desde que contem trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher, mais vinte anos de efetivo exercício no serviço público e quinze anos no cargo em que ocorrer a aposentadoria. A mesma lei estabeleceu que os proventos de aposentadoria seriam equivalentes a sessenta por cento da remuneração do cargo efetivo ocupado pelo servidor no momento da aposentadoria.

A respeito dessa lei, é correto afirmar que se trata de norma

- (A) inconstitucional, pois os municípios não detêm competência para legislar sobre direito previdenciário.
- (B) parcialmente inconstitucional, pois o cálculo dos proventos de aposentadoria deveria ser objeto de disciplina por lei complementar municipal.
- (C) parcialmente inconstitucional, pois o tempo de contribuição exigido para alcançar aposentadoria deveria ser objeto de previsão na Lei Orgânica do Município.
- (D) parcialmente constitucional, pois apenas o cálculo dos proventos de aposentadoria poderia ser objeto de disciplina por lei ordinária municipal.
- (E) constitucional, pois todas as matérias disciplinadas se inserem na esfera de competências do legislador ordinário municipal.

52. A respeito do custeio do Regime Próprio de Previdência Social, pode-se afirmar:

- (A) os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas de seus servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- (B) a União instituirá, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social de todos os entes federativos, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- (C) quando houver *déficit* atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- (D) quando houver *déficit* atuarial, é facultada a instituição de contribuição extraordinária, no âmbito municipal, sobre os proventos dos aposentados e dos pensionistas, por período indeterminado, desde que instituída simultaneamente com outras medidas para equacionamento do *déficit*.
- (E) quando houver *déficit* atuarial, incidirá contribuição extraordinária sobre os proventos dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, por período determinado, independentemente da adoção de outras medidas para equacionamento do *déficit*.

53. Com o intuito de alcançar aposentadoria no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Barretos, Érico Veríssimo, que exerce o cargo efetivo de Médico no Hospital Municipal desde janeiro de 2000, solicitou a averbação de certidão de tempo de contribuição (CTC) emitida pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), relativa ao exercício de emprego de médico, em clínica particular, entre fevereiro de 2000 e março de 2020. Nessas circunstâncias, caberá ao Instituto de Previdência Municipal:

- (A) computar o tempo certificado na CTC emitida pelo RGPS para fins de aposentadoria do médico no RPPS municipal, pois a ordem jurídica assegura a todos os trabalhadores a contagem recíproca de tempo de contribuição.
- (B) negar o cômputo do tempo certificado na CTC emitida pelo RGPS para fins de aposentadoria do médico no RPPS municipal, pois a ordem jurídica apenas assegura contagem recíproca entre regimes de mesma natureza.
- (C) negar o cômputo do tempo certificado na CTC emitida pelo RGPS para fins de aposentadoria do médico no RPPS municipal, pois a ordem jurídica veda a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.
- (D) negar o cômputo do tempo certificado na CTC emitida pelo RGPS para fins de aposentadoria do médico no RPPS municipal, pois a ordem jurídica veda a contagem de tempo de serviço exercido sob condições especiais.
- (E) computar o tempo certificado na CTC emitida pelo RGPS para fins de aposentadoria do médico no RPPS municipal, pois a ordem jurídica admite o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

54. De acordo com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República, o direito à aposentadoria por incapacidade permanente

- (A) decorre da mera constatação de que o servidor não está apto a exercer as funções inerentes a seu cargo.
- (B) decorre da mera constatação de que o servidor não está apto a exercer qualquer tipo de atividade remunerada, ainda que informal.
- (C) é renunciável, quando verificada a possibilidade de readaptação.
- (D) é irrenunciável e não se sujeita a condição resolutive.
- (E) sujeita seu titular à realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

55. Sob os influxos do princípio da igualdade material, é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para a concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvada, entre outras, a
- (A) aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo, de guarda civil e de policial civil.
 - (B) aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.
 - (C) aposentadoria de professores que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério no ensino público superior.
 - (D) aposentadoria de servidores com deficiência, desde que nessa qualidade tenham ingressado no serviço público.
 - (E) pensão especial por morte aos dependentes de professores cujo óbito tenha ocorrido no exercício da função.

DIREITO ELEITORAL

56. No que se refere às condutas vedadas a agentes públicos, a Lei das Eleições estabeleceu que são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:
- (A) empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito.
 - (B) empenhar, no ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 3 (três) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados no último ano que antecede o pleito.
 - (C) empenhar, no segundo semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 4 (quatro) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos últimos 2 (dois) últimos anos que antecede o pleito.
 - (D) fazer, no segundo semestre do ano eleitoral, mesmo que fora da circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo.
 - (E) fazer, no primeiro semestre do ano eleitoral, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos, mesmo que relativa a recomposição da perda de seu poder aquisitivo.

57. A Constituição Federal de 1988 consagrou meios de democracia direta, sendo correto afirmar que
- (A) o *recall* e a moção de desconfiança são convocados mediante lei ordinária, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) o *recall* e a moção de desconfiança são convocados mediante norma regimental do Congresso Nacional, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (C) o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular são convocados mediante lei ordinária, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem as duas Casas do Congresso Nacional.
 - (D) o plebiscito, o referendo são convocados mediante resolução, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem as duas Casas do Congresso Nacional.
 - (E) o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

58. Nos termos do regime jurídico dos servidores públicos do município de Barretos, o adicional por tempo de serviço é devido ao servidor estável à razão de:
- (A) 1% (um por cento), a cada quinquênio de efetivo exercício, e a sexta-parte, após 10 (dez) anos de efetivo exercício.
 - (B) 5% (cinco por cento), a cada quinquênio de efetivo exercício, e a sexta-parte, após 20 (vinte) anos de efetivo exercício.
 - (C) 5% (cinco por cento), a cada decênio de efetivo exercício, e a sexta-parte, após 20 (vinte) anos de efetivo exercício.
 - (D) 1% (um por cento), a cada anuênio de efetivo exercício, e a sexta-parte, após 30 (trinta) anos de efetivo exercício.
 - (E) 0,5% (meio por cento), a cada anuênio de efetivo exercício, e a sexta-parte, após 30 (trinta) anos de efetivo exercício.

59. O Estatuto dos servidores do Município de Barretos traz o direito do servidor à Licença para atividade política, nos seguintes termos:

- (A) o servidor efetivo terá direito à licença, assegurados os vencimentos do cargo, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- (B) o servidor efetivo ou em comissão terá direito à licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária até o dia seguinte ao da eleição.
- (C) o servidor efetivo terá direito à licença, com remuneração somente pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária até o dia seguinte ao da eleição.
- (D) o servidor efetivo terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- (E) o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir do registro de sua candidatura e até o dia seguinte ao da eleição.

60. No que se refere ao regime da previdência complementar no âmbito do Município de Barretos, o custeio dos planos de benefício deve observar a alíquota de contribuição do patrocinador, que será:

- (A) no máximo, igual à contribuição individual do participante para o regime, respeitada, em qualquer hipótese, como limite máximo, a alíquota de 7,5% (sete e meio por cento).
- (B) no mínimo, igual à contribuição individual do participante para o regime, respeitada, em qualquer hipótese, como limite máximo, a alíquota de 11% (onze por cento).
- (C) igual à contribuição individual do participante para o regime, respeitada, em qualquer hipótese, como limite mínimo, a alíquota de 5% (cinco por cento).
- (D) no máximo, igual à contribuição individual do participante para o regime, respeitada, em qualquer hipótese, como limite mínimo, a alíquota de 7,5% (sete e meio por cento).
- (E) no mínimo, igual à contribuição individual do participante para o regime, respeitada, em qualquer hipótese, como limite mínimo, a alíquota de 7,5% (sete e meio por cento).

